



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Oliveira, Eliézer Cardoso de
Quando as tragédias explicam: a importância heurística das catástrofes para o conhecimento histórico

Revista História : Debates e Tendências (Online),
vol. 19, núm. 1, 2019, Janeiro-Abril, pp. 147-157

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.19n.1.8452>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552459276011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Quando as tragédias explicam: a importância heurística das catástrofes para o conhecimento histórico

When the tragedies explain: the heuristic importance of catastrophes to
historical knowledge

Cuando las tragedias explican: la importancia heurística de las catástrofes
para el conocimiento histórico

*Eliézer Cardoso de Oliveira**

Resumo

O objetivo deste texto é mostrar a importância analítica das catástrofes e das tragédias para o conhecimento histórico. Esses eventos, ordinariamente subestimados pelos historiadores, são relevantes para a compreensão dos acontecimentos históricos. Nesse sentido, procurar-se-á mostrar a importância analítica das tragédias e catástrofes a partir do impacto causado pelos seguintes exemplos: o acidente de Chernobyl na abertura política soviética; a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, na proibição do tráfico negreiro no Brasil; a chacina dos turmeiros em Catalão (GO), na interrupção da construção da estrada de ferro em Goiás; e o acidente com Césio 137 na mudança da imagem da cidade de Goiânia.

Palavras-chave: Catástrofe. Causalidade histórica. Explicação histórica.

Introdução

Uma das tarefas mais esperadas sobre o trabalho dos historiadores é que eles expliquem adequadamente o passado humano. Sem desconsiderar as inúmeras sutilezas epistemológicas da expressão “explicar adequadamente”, é bastante pertinente a colocação do historiador alemão Jörn Rüsen sobre a interpretação histórica:

O passado só se torna história quando expressamente interpretado como tal; abstaindo-se dessa interpretação, ele não passa de material bruto, um fragmento de fatos mortos, que só nasce como história mediante o trabalho interpretativo dos que se debruçam, reflexivamente, sobre ele (2001, p. 68).

* Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor efetivo do curso de História e do mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (Anápolis). E-mail: ezi@uol.com.br

Recebido em 03.08.2018 - Aprovado em 19.09.2018

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.19n.1.8592>

Essa concepção de Jörn Rüsen confere um papel gnosiológico ativo ao historiador que, por meio de conceitos e categorias formulados por outros historiadores ou cientistas sociais e por meio de uma metodologia de análise das fontes, constrói uma narrativa sobre o passado que responde aos interesses da sociedade na qual está inserido.

As narrativas dos historiadores racionalizam o passado humano ao apontar causas e motivos para a existência dos acontecimentos. Com isso, os historiadores fornecem respostas a questões, como: por que o regime nazista foi implantado na Alemanha? Por que existiu escravidão de africanos no Brasil? Por que houve uma avassaladora crise econômica no ano de 1929? Ao responder essas questões, os historiadores apontam causas convincentes sobre a configuração específica dos acontecimentos, fornecendo razões para a sua existência.

Se há uma unanimidade na convicção de que os historiadores dão sentido aos acontecimentos do passado por meio de causas, não há nenhum consenso sobre que tipo de causas deve ser utilizado pelos historiadores. De modo bem panorâmico, pode-se dividir em dois tipos a atitude dos historiadores quanto aos acontecimentos que devem ser considerados como causas na explicação histórica: há um grupo que prefere utilizar os eventos e outro que prefere utilizar as estruturas. O primeiro grupo, como os historicistas do século XIX, considera como causas os eventos de naturezas política, religiosa e militar, nos quais se percebiam de modo explícito as decisões dos sujeitos históricos. Já o segundo grupo, como os marxistas e os historiadores dos Annales, considera como

causas as estruturas econômicas, sociais ou mentais, nas quais a vontade dos indivíduos era de pouco relevância.

No estágio atual dos debates da teoria da história, não é mais possível considerar a imputação de causas episódicas e factuais como um resquício “positivista” anacrônico que foi ultrapassado por uma concepção mais analítica e rigorosa. O cenário do início do século XXI, marcado pela proeminência de concepções culturalistas, hermenêuticas, narrativistas e neo-historicistas, não é refratário a uma causalidade pautada no evento e nas ações dos sujeitos. José Carlos Reis, amparado nas reflexões de Edgar Morin, percebe um contexto em que as distâncias entre evento e estrutura são relativizadas:

Os eventos de caráter modificador são o resultado de encontros e interações entre princípios de ordens diferentes e causam destruições, trocas, associações, simbioses, mutações, progressos... As estruturas só evoluem sob o estímulo do evento. Os eventos constituem a história da estrutura. E a sociedade é a estrutura mais aberta ao evento, é a estrutura mais histórica (2004, p. 143).

Essa passagem indica que há cada vez mais consciência da importância dos eventos na explicação histórica. Contudo, há uma categoria de eventos que, apesar do seu protagonismo social, é pouco presente nas explicações dos historiadores. Trata-se das catástrofes, acontecimentos que sempre acompanharam a história humana, mas que, atualmente, graças à comunicação instantânea, ganharam muito mais peso e ressonância na vida cotidiana das pessoas.

A catástrofe é um evento por excelência. Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-

-Silva, partindo das raízes etimológicas, definiram o termo da seguinte forma:

A palavra “catástrofe” vem do grego e significa, literalmente, “virada para baixo” (*kata + strophé*). Outra tradução possível é “desabamento”, ou “desastre” [...]. A catástrofe é, por definição, um evento que provoca *trauma*, outra palavra grega, que quer dizer “ferimento” (2000, p. 8).

Essa definição possibilita pensar a catástrofe como um tema hermenêutico, no sentido de sua definição exigir critérios de natureza simbólica e pressupor uma interpretação que leve em conta o ambiente cultural em que ela ocorreu. Isso indica que o mais relevante para a definição da catástrofe não é o acontecimento em si, mas o modo como ela é absorvida por uma determinada sociedade. Não há, desse modo, uma definição objetiva de catástrofe: os números de vítimas e os danos materiais são importantes, mas não decisivos para uma conceituação.

O impacto das catástrofes, ou seja, o ferimento que ela provoca num determinado grupo humano deve-se muito mais ao seu aspecto simbólico do que à sua extensão material. As grandes catástrofes foram aquelas que provocaram danos conceituais. O terremoto de Lisboa de 1755 “chocou mais a civilização ocidental que qualquer acontecimento desde a queda de Roma” (NEIMAN, 2003, p. 266) não por sua intensidade ou número de mortos – já que inúmeros outros terremotos mais fortes e letais ocorreram antes –, mas principalmente por causa de seus danos conceituais: destruiu a convicção dos iluministas – os deístas – sobre a existência de um “milagre da natureza”, utilizada, por eles, em substituição à crença cristã na inter-

venção direta da Providência na natureza. O naufrágio do transatlântico Titanic em 1912 é lembrado até os dias de hoje, principalmente porque ele representava o poder da civilização industrial do século XIX que ideologicamente afundou com ele (ZIZEK, 2002, p. 15). A grande ressonância do 11 de Setembro não foi consequência do número de mortos ou dos prejuízos materiais, mas a sua simbologia cinematográfica que desnudou os seculares conflitos entre Oriente e Ocidente – encobertos no século XX pela Guerra Fria –, colocando-os na ordem do dia das potências internacionais. O impacto e a comoção da derrota da seleção de futebol brasileira na final da Copa de 1950, a ponto de ser conhecida como “Hiroshima Brasileira”, foram consequências dos resquícios do racismo científico do século XIX que afirmava que povos mestiços não conseguiriam vencer os brancos em empreendimentos coletivos, como era o caso do futebol.¹

Portanto, por questionar o otimismo racionalista de raízes iluminista, por questionar a crença ingênua no progresso histórico, por quebrar os esforços de continuidades, por requerer uma metodologia interpretativa, a catástrofe torna-se paradigmática para a interpretação do passado pelos historiadores. A catástrofe é dotada de uma densidade analítica, resultante da sua capacidade de – parodiando Huxley – abrir as portas da interpretação.

Apesar dessa capacidade reveladora, o tema catástrofe foi objeto de poucas reflexões por parte dos historiadores. É verdade que há uma tradição, de raízes antigas e ainda com força no mundo contemporâneo, representada por nomes imponentes, como Santo

Agostinho, Edward Gibbon e Walter Benjamin, que defende que a essência do processo histórico seria o desfile de desgraças e tragédias. Apesar disso, poucos historiadores analisaram o peso individualizado desses acontecimentos trágicos em uma determinada configuração social. Talvez o desprezo por esse lado sombrio da história humana se explique porque o Historicismo, a vertente historiográfica dominante no século XIX, interessava-se muito mais por mostrar as glórias do que as tragédias da nação, seu objeto de estudo predileto. Houve profundas mudanças na concepção de História, no século XX, mas as mais representativas concepções historiográficas, como os *Annales* e o Marxismo Ocidental, deram pouca atenção às catástrofes, porque isso significaria voltar-se para uma história episódica, factual e narrativa, em detrimento da análise de processos socioeconômicos.

O advento da Nova História Cultural, vertente historiográfica hegemônica no século XXI, com ênfase na narrativa, nas representações e nas sensibilidades, abriu perspectivas para o estudo individualizado de acontecimentos de caráter trágico. Entre os exemplos, levando-se em conta a realidade brasileira, podem-se apontar os livros *O Mal sobre a Terra* (2003), de Mary del Priore, sobre o Terremoto de Lisboa de 1755, e *O crime do restaurante chinês* (2009), de Boris Fausto, sobre a chacina de uma família de chineses em São Paulo em 1938. Em ambos, as tragédias são vistas como importantes elementos para a análise do imaginário da época, seja a Lisboa iluminista, seja a cidade de São Paulo dos anos 1930. Portanto, este estudo situa-se no contexto de reconhecimento da capaci-

dade heurística das catástrofes na interpretação do processo histórico, considerando casos concretos relacionados a acidentes radioativos, epidemias e chacinas.

Chernobyl e o fim da Guerra Fria

Um dos acontecimentos mais importantes da segunda metade do século XX, o fim da Guerra Fria, de modo geral, é explicado se levando em conta causas econômicas ou políticas: a atrofia e o burocratismo da economia soviética, que não foi capaz de competir com os Estados Unidos, as políticas de abertura (*Glasnost*) e de reestruturação econômica (*Perestroika*), de Mikhail Gorbachev. No entanto, um fator essencial que acelerou o fim do conflito foi o acidente nuclear de Chernobyl, ocorrido em 26 de abril de 1986. Gorbachev, num seminário em Viena, reconheceu que o acidente foi determinante não só para o fim da Guerra Fria, mas também para o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS): “O acidente do reator em Chernobyl, que completa 20 anos hoje, foi, talvez mais que a ‘perestroika’ (abertura) iniciada por mim, a verdadeira causa do colapso da União Soviética cinco anos depois” (GORBACHEV, 2005, não paginado).

O acidente de Chernobyl foi o maior desastre nuclear da história, provocando uma disseminação de radiação 400 vezes superior à das explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki. De início, as autoridades soviéticas tentaram esconder o acidente, mas a comunidade internacional tomou conhecimento da tragédia depois que técnicos de uma usina nuclear sueca detectaram um

alto índice de radiação proveniente de uma nuvem de radiação que incidia sobre vários países da Europa. Os soviéticos demoraram três dias para evacuar a cidade de Pripyat, local em que os trabalhadores da usina residiam. O mais assustador foi a utilização de um exército de trabalhadores, sem a devida proteção, durante seis meses, na construção de uma estrutura de isolamento sobre o reator, o que provocou a morte de todos eles (MACHADO, 2011).

Chernobyl mostrou aos soviéticos a fraqueza de sua organização política. Qualquer que tenha sido a causa da catástrofe – erro humano ou falha no projeto de construção da usina –, ficou evidente o despreparo para gerenciar questões de segurança. Foi simbolicamente significativo o fato de o acidente envolver energia nuclear, uma área em que, desde 1949, quando foi testada a primeira bomba atômica, os soviéticos sempre se mantiveram competitivos com os Estados Unidos. O acidente de Chernobyl, então, tornou claro o fato de que a URSS não teria condições de continuar a corrida armamentista com os americanos na Guerra Fria.

Assim, ainda no ano de 1986, no dia 12 de outubro, Gorbachev e Ronald Reagan participaram da Cúpula de Reykjavik, que, mesmo não resultando em nenhum acordo formal, marcou a abertura de ambos os presidentes para o diálogo em torno da corrida armamentista. Esse momento foi essencial para a construção do Tratado de Forças Nucleares Intermediárias, realizado em Washington em 1987, que previa a remoção de parte do arsenal nuclear do EUA e da União Soviética, amenizando os riscos de uma hecatombe global. As duas reuniões fo-

ram fundamentais para o fim da Guerra Fria: “para fins práticos, a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987)” (HOBBSB- WM, 1995, p. 246). E o papel do primeiro ministro soviético nessas duas conferências foi decisivo, conforme a opinião do historiador Erick Hobsbawm: “O mundo tem uma dívida com Mikhail Gorbachev, que não apenas tomou essa iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava a verdade” (1995, p. 246).

Portanto, o impacto da tragédia Chernobyl foi fundamental para o líder soviético reconhecer a incapacidade de continuar na corrida armamentista: “Mais que nenhum outro evento, Chernobyl me abriu os olhos: me mostrou as espantosas consequências da energia nuclear, inclusive quando não era utilizada para fins militares. Podia-se imaginar mais claramente o que aconteceria se uma bomba atômica explodisse” (GORBACHEV, 2005, não paginado). E, o mais decisivo, serviu como um forte argumento para convencer a alta burocracia da pertinência dos seus argumentos.

A epidemia de febre amarela em 1850 no Rio de Janeiro e o fim do tráfico negreiro

A explicação dominante na historiografia sobre o fim do tráfico negreiro no Brasil relaciona-se às pressões diplomáticas e militares inglesas. No entanto, o historiador Sidney Chalhoub, no seu conhecido livro *Cidade Febril* (2011), demonstra que o fim do tráfico também está relacionado a

uma intensa epidemia de febre amarela que ocorreu no Rio de Janeiro em 1850. A doença chegou no verão de 1949-1950 e atingiu um terço da população, acarretando a morte de mais de 10 mil pessoas, o equivalente a mais de 5% da população da cidade. Contudo, o que transformou essa epidemia em uma grande comoção nacional não foi a hipérbole dos números, mas principalmente a qualidade das vítimas, no caso a morte de Pedro Afonso de Bragança Bourbon, o filho de Pedro II. Pedro Afonso era o herdeiro do trono brasileiro, a grande esperança de manter a estabilidade social construída em torno da figura de Pedro II. O príncipe herdeiro estava com um ano e meio de idade, quando foi vitimado pela epidemia, deixando o trono desprovido de um sucessor varão, já que o seu irmão Afonso Pedro também havia morrido três anos antes.

A morte de Pedro Afonso ocorreu bem em meio ao debate político da época sobre a conveniência de o Brasil resistir ou não às pressões inglesas contra o comércio de escravos. E um dos principais argumentos dos defensores do fim do tráfico negreiro era de ordem sanitária:

Era frequente também que os observadores – doutores médicos ou não – atribuísem a epidemia de 1850 à importação do veneno de febre amarela por intermédio do tráfico africano. Na verdade, havia mesmo uma discussão em andamento em periódicos médicos especializados sobre a possibilidade de o vômito preto estar intimamente ligado ao negócio dos tumbeiros (CHALHOUB, 2011, p. 73).

Nesse sentido, o drama da Família Real configurou-se um argumento poderoso para convencer a opinião pública sobre a conve-

niência de se extinguir o tráfico negreiro. Pedro Afonso faleceu na madrugada do dia 09 de janeiro de 1950, e no dia 09 de setembro do mesmo ano foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós. Esses nove meses de intervalo entre os dois acontecimentos foram marcados por intensos debates e por uma pressão de interesses que envolvia as pessoas mais poderosas do Império; mas, em meio a isso tudo, a morte do príncipezinho teve um importante papel na sensibilização dos políticos brasileiros da época.

A chacina dos turmeiros e a paralisação das obras da estrada de ferro em Goiás

Um lugar marcado pelo isolamento geográfico e pela fraqueza econômica, a construção da ferrovia, ligando Goiás ao Sudeste do Brasil, foi um dos acontecimentos mais celebrados pelas elites política e intelectual goianas. Por isso, o dia 15 de agosto de 1912 foi motivo de euforia, quando foi concluída a ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, e os trilhos adentraram Goiás. A primeira localidade goiana a sentir o gostinho do progresso foi a cidade de Catalão, já que de lá partia uma das frentes de trabalho da obra. Por isso, nos arredores da cidade, instalou-se um acampamento composto de mais de 500 trabalhadores das obras da ferrovia, denominados na época como “turmeiros”.

Logo se tornou claro para os habitantes de Catalão que a modernização econômica em um ambiente tradicional acarretava um alto custo. No dia 02 de fevereiro de 1916, um dos trabalhadores do acampamento dirigiu um galanteio inoportuno a uma mu-

lher da cidade, que reagiu chamando-o de “porco” e “maloqueiro”. O homem, enfurecido, agrediu e matou a mulher com vários projéteis. A mulher morta era supostamente amante do delegado de polícia, um sujeito que tinha a alcunha de “Suã de Vaca”. Um destacamento policial se dirigiu, no dia seguinte, ao acampamento dos trabalhadores para prender os culpados. Houve resistência, e um soldado foi morto. Na madrugada de 04 de fevereiro, a polícia, auxiliada por civis, preparou uma tocaia para um grupo de trabalhadores que estava em um trem de serviço: o veículo foi alvejado, e 12 trabalhadores foram mortos na hora, além de outros que ficaram gravemente feridos (OLIVEIRA, 2012, p. 21-22).

Além de mostrar a incompatibilidade entre a modernização da estrutura material e a permanência de comportamentos tradicionais, a chamada chacina dos turmeiros provocou a paralisação imediata das obras da ferrovia em Goiás. De acordo com Barsanufo Gomide Borges:

A linha de Formiga e Catalão [...] foi marcada por morosidade e interrupção nos trabalhos. Neste trecho deu continuidade às obras do lado de Formiga e outro, em sentido contrário, partiu de Catalão. O objetivo era concluir o mais rápido possível a linha neste trecho. No entanto, em 1916 as obras estavam praticamente interrompidas nas duas frentes de trabalho. A falta de pagamento a empreiteiros e subempreiteiros resultou em falências e mandatos judiciais, interrompendo os trabalhos em quase todo o trecho (1980, p. 67).

As obras chegaram a ser retomadas em 1918, por um breve período, mas a interligação entre a Estrada de Ferro Goiás e a Estrada

de Ferro Oeste só iria se concretizar na década de 1940.

A explicação para a paralisação das obras passa por três vieses. O viés econômico realça as dificuldades financeiras e de abastecimento enfrentadas pela empresa francesa que conduzia as obras, intensificadas com o início da Primeira Guerra Mundial. O viés cultural realça o desconforto de parte da oligarquia que dominava politicamente Catalão com as modificações introduzidas na cidade com as obras, já que “o progresso nem sempre é recebido unissomamente” (BARBOSA, 1994, p. 254). O viés político destaca as maquinações das cidades do Triângulo Mineiro, pois a “a extensão dos trilhos [...] tiraria de Araguari a primazia de ser a ponta dos trilhos e a levaria a uma decadência” (CHAUL, 1994, p. 142). As três explicações são pertinentes historicamente. Contudo, não se deve subestimar o peso da chacina na paralisação das obras da ferrovia. Como não aceitar a razoabilidade da decisão dos administradores em paralisar as obras da ferrovia? Como não se calar diante da acusação dos deputados mineiros sobre os despreparos político e administrativo das autoridades goianas no apoio de uma obra demorada e cara como a ferrovia?

O Césio 137 e a mudança de representação da cidade de Goiânia

Goiânia foi construída e justificada, na década de 1930, sob o signo da modernidade. Desejava-se uma cidade moderna, ruas retas, largas, numeradas, uma cidade-jardim. Uma cidade que fosse motivo de orgulho, não de insultos e chacotas. Desde

os anos iniciais de sua construção de sua cidade, os goianienses se preocuparam em divulgar uma imagem de desenvolvimento e modernidade para as outras cidades do Brasil. Nas festividades que marcaram a inauguração de Goiânia em 1942, o chamado Batismo Cultural, a cidade foi elogiada pelos visitantes por ser um exemplo de modernidade. Nesse evento, foi motivo de orgulho a visita de mais de 1.633 pessoas provenientes de várias unidades federativas do país e de cerca de 140 pessoas do exterior.

Apesar de vários problemas de infraestrutura e do predomínio de uma sociabilidade provinciana, a imagem de cidade moderna agregou-se a Goiânia. Luís Palacin, o primeiro historiador acadêmico a escrever uma história sobre a cidade, na década de 1970, defendeu o seu caráter moderno e desenvolvimentista: “creio que é possível afirmar plenamente que a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás”, pois, embora não trazendo industrialização, ela trouxe “ânsia de renovação, a confiança num futuro melhor”, “o desenvolvimento do campo agropecuário e dos serviços”, “a virtude de divulgar o Estado, até então simples expressão geográfica no mapa” e “aumento da população” (PALACIN, 1976, p. 98-102).

No entanto, toda essa imagem de progresso, modernidade, civilização e desenvolvimento foi comprometida pelo acidente radioativo, ocorrido em 1987. O acidente comprometeu a imagem de progresso do estado. Diante do evento com Césio, os goianos se sentiram comparáveis aos ingênuos índios goyás, supostamente enganados pelo bandeirante danado: “Anhanguera, Anhan-

guera, diabo velho, feiticeiro que colocou fogo no prato de álcool e os índios acreditaram-se diante de um deus. O deus de hoje é esse material de estranho brilho que todos reverenciam” (SILVA, 1987, não paginado). As elites administrativa e intelectual de Goiás, sempre sensíveis às críticas que feriam a imagem do estado, viram-se, de repente, diante de um desgaste de proporções gigantescas. Com o acidente radioativo, Goiânia ficou sobre a mira das imprensas nacional e internacional. Jornais de vários países estamparam o assombro diante da ocorrência do acidente.

Portanto, o acidente com Césio 137 foi a maior catástrofe da história de Goiás, não somente pelo número de mortos, pelo número de contaminados e pelos prejuízos econômicos, mas principalmente porque foi uma catástrofe conceitual. O acidente abalou a crença no progresso e na técnica moderna e jogou Goiás nos braços da pós-modernidade. Goiânia foi construída sob a promessa de colocar o estado no caminho do progresso. Em vez disso, a tecnologia moderna – quase que idolatrada por alguns – contaminou a cidade com um preconceito inimaginável.

Por isso, enfatizou-se uma imagem voltada para a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente, para amenizar o desgaste sofrido pelo acidente radioativo. A administração pública, na época do acidente, preocupou-se com a recuperação estética da cidade – o programa SOS Goiânia criou frentes de trabalho, para, tendo o setor central como referência, limpar a cidade. Por exemplo, as obras de construção do edifício onde se localizaria o Mercado Central foram concluídas, e a área em que antes funciona-

va provisoriamente como mercado foi realocada para a instalação do Centro Comercial Popular, alojando os ambulantes que se encontravam instalados nas principais avenidas da cidade. Todo esse esforço era direcionado para deixar o centro da cidade mais limpo, arejado e organizado.

A preocupação com a limpeza e com respeito ao meio ambiente continuou nos anos posteriores: a administração do prefeito Nion Albernaz (1988-1992) teve como principal meta transformar Goiânia na “cidade das flores”, investindo no ajardinamento de ruas e praças; o prefeito seguinte, Darci Acorci (1992-1996), manteve a estratégia administrativa de investir no ajardinamento e priorizar a coleta de lixo; reassumindo novamente a prefeitura, Nion Albernaz (1996-2000) continuou investindo no ajardinamento da cidade. Portanto, a partir dos anos 1990, a política ambiental não podia mais ser deixada de lado ou colocada numa posição periférica pelos prefeitos. Ela converteu-se em prioridade nos discursos daqueles que se propunham administrar a cidade, mesmo que nem sempre esses discursos tenham sido efetivamente colocados em prática.

Na verdade, a estratégia de um desenvolvimento sustentável, procurando dotar a cidade de condições para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, enfatizando a criação de parques e jardins, a arborização das ruas, a limpeza pública, é coerente no contexto da pós-modernidade. Essas novidades chegariam a Goiânia mais cedo ou mais tarde, mas o acidente com Césio 137 acelerou as mudanças, fazendo com que, ao menos no discurso, Goiânia se afastasse de

uma imagem “desenvolvimentista” e investisse numa imagem mais “ecológica”.

Considerações finais

Desde Heródoto, os historiadores aludiram a tragédias, infortúnios e sofrimentos em suas obras; no entanto, esses acontecimentos poucas vezes foram tomados isoladamente como objetos de reflexão; eles sempre apareceram como contraexemplos, como anomalias, como acidentes, indignos de uma análise sistemática. Diferentemente, esta pesquisa considera as tragédias como objetos heurísticos, reconhecendo a sua pertinência para o desvendamento de determinados temas sociológicos e históricos. Por mais doloroso que seja, é possível aprender alguma coisa com o estudo das catástrofes. Foi essa perspectiva que guiou este texto.

Para a reflexão histórica, os acontecimentos trágicos são permeados por uma densidade analítica, abrindo novas possibilidades de explicação histórica. Muitas vezes, a explicação a partir das estruturas econômica e social é insuficiente para a compreensão da mudança social. A inércia da tradição resiste ao máximo à mudança, sendo necessária uma ferramenta – uma alavanca arquimédiana – para arrombar as portas e permitir a adoção de medidas polêmicas.

As catástrofes e tragédias permitem quebrar as resistências dos conservadores e dotar de legitimidade o discurso dos inovadores. As tragédias têm uma força argumentativa que os fatos de ordens econômica e política não possuem. Elas dotam de legitimidade as ações controversas, convencem

a opinião pública, emudecem o debatedor adversário.

As boas intenções de Mikhail Gorbachov em frear a corrida armamentista da Guerra Fria teriam um impacto menor na União Soviética de seu tempo, se não fosse a comoção gerada em torno do acidente de Chernobyl. O tráfico negreiro de escravos era algo anacrônico e não resistiria às mudanças culturais e econômicas advindas com a Revolução Francesa e a industrialização inglesa. Contudo, poderia perdurar por algumas dezenas de anos – como foi o caso da escravidão –, se não fosse o impacto da morte do príncipe herdeiro na epidemia de 1850. Em Goiás, o impacto das catástrofes foi suficiente para paralisar as obras da construção da ferrovia, a grande esperança de modernização do estado; foi responsável também por mudar a representação da cidade de Goiânia, que abandonou imagens vinculadas à modernidade e adotou algumas típicas da pós-modernidade.

Portanto, da mesma forma que a história explica a catástrofe, a catástrofe também explica a história. Os acontecimentos utilizados como argumentação neste artigo são bastante heterogêneos, envolvendo fatos com repercussões globais (Guerra Fria), nacionais (fim do tráfico de escravo), regionais (paralisação das obras da estrada de ferro) e locais (a mudança de representação imagética de Goiânia). Essa heterogeneidade foi uma estratégia para mostrar o peso da tragédia nos diversos níveis da explicação histórica.

Abstract

The purpose of this article is to show the analytical importance of disasters and tragedies for historical knowledge. These events, ordinarily underestimated by historians, are relevant to the understanding of historical events. In this sense, it will be sought to show this analytical importance of tragedy and catastrophes from the following examples: the impact of the Chernobyl Accident on the Soviet political opening; of the Yellow Fever Epidemic, occurred in the city of Rio de Janeiro, in the prohibition of slave traffic in Brazil; of the *chacina dos turmeiros*, in Catalão (GO), at the interruption of the construction of the railroad in Goiás; of the Césio 137 accident in the change of the image of the city of Goiânia.

Keywords: Catastrophe. Historical causality. Historical explanation.

Resumen

El objetivo de este texto es mostrar la importancia analítica de las catástrofes y de las tragedias para el conocimiento histórico. Estos acontecimientos, ordinariamente subestimado por los historiadores, son relevantes para la comprensión de los acontecimientos históricos. En ese sentido, se buscará mostrar esa importancia analítica de las tragedias y catástrofes a partir de los siguientes ejemplos: el impacto del accidente de Chernobyl en la apertura política soviética; de la epidemia de Fiebre Amarilla, ocurrida en la ciudad de Río de Janeiro, durante la prohibición del tráfico negrero en Brasil;

de la chacina de los turmeiros, ocurrida en Catalán (GO), en la interrupción de la construcción del ferrocarril en Goiás; del Accidente con Cesio 137 en el cambio de la imagen de la ciudad de Goiânia.

Palabras clave: Catástrofe. Causalidad histórica. Explicación histórica.

Nota

- ¹ Foi significativo um trecho da crônica de Nelson Rodrigues sobre o evento: “cada povo tem a sua irremediável catástrofe nacional, algo como Hiroshima. A nossa catástrofe, a nossa Hiroshima, foi a derrota frente ao Uruguai, em 1950” (1984, p. 116). A derrota trouxe à tona elementos sociológicos profundos da sociedade brasileira, pois corroborou a tese de que o brasileiro, mestiço ou negro, não tinha a estima necessária para a vitória na hora decisiva. Por isso a Seleção Brasileira iniciou a Copa de 1958 com um time de “brancos”; só nas partidas finais os jogadores negros puderam mostrar a sua perícia. Essas e outras possibilidades de análise da sociedade brasileira tornam a “catástrofe do Maracanã” um evento hermenêutico.

Referências

BARBOSA, Juarez Costa. Parte III. In: GOMEZ, Luis Palacin; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História Política de Catalão*. Goiânia: UFG, 1994. p. 211-281.

BORGES, Barsanufio Gomide. *O despertar dos dormentes*. Goiânia, Editora da UFG, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

CHAUL, Nasr Fayad. Parte II. In: GOMEZ, Luis Palacin; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História Política de Catalão*. Goiânia: UFG, 1994. p. 111-210.

DEL PRIORE, Mary. *O Mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MACHADO, Marcos. Chernobyl 25 anos: 15 mil mortos oficiais; 100 mil denúncias. Greenpeace. *Matéria Incógnita*. 26. abr. 2011. Disponível em: <<http://www.materiaincognita.com.br/chernobyl-25-anos-15-mil-mortos-oficiais-100-mil-denuncia-greenpeace/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

GORBACHEV, Mikhail. *Gorbachev diz que desastre de Chernobyl iniciou colapso da URSS*. 26 abr. 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/04/26/ult1808u63547.jhtm>>. Acesso em: 07 set. 2015.

NEIMAN, Susan. *O mal no pensamento moderno*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Chacinas, Combates & Massacres: medo e violência em Goiás*. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2012.

PALACIN, Luis. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SILVA, Maria Abadia. A Césio o que é de Césio. *Goiás Cultura*, Goiânia, 1º out. 1987.

ZIZEK, Slavoj. *Welcome to the desert of the real*. London: Verso, 2002.